

FIM DO TETO DE GASTOS

ARCABOUÇO APROVADO

Câmara dá aval à nova regra fiscal. Governo agora tenta viabilizar medidas para elevar receitas

MANOEL VENTURA
E VICTÓRIA AREI
@manoventura
@victoriaarei

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o novo marco para as contas públicas, que vai substituir o teto de gastos na definição das regras para o crescimento das despesas federais. Os deputados analisaram apenas as alterações feitas pelo Senado no projeto do arcabouço fiscal. Aprovado, o projeto vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar da vitória, o governo ainda não tem o jogo ganho nas medidas que mantém as metas do arcabouço em pé e garantem o aumento de receitas necessário para zerar o déficit em 2024, como prometeu o Ministério da Fazenda.

A nova regra fiscal autoriza o aumento dos gastos acima da inflação, diferentemente do teto de gastos. O crescimento real, acima da inflação, vai variar entre 0,6% e 2,5% todos os anos, a depender do crescimento da arrecadação. Por isso, a alta das receitas é importante para a regra.

A Câmara acatou mudanças feitas pelo Senado, como a retirada do Fundo de fundo da educação básica, e o Fundo do Distrito Federal do limite de gastos. Por outro lado, gastos com ciência e tecnologia em geral voltaram para dentro da regra.

CÂMARA VETA MUDANÇA
A principal mudança rejeitada pela Câmara trata do cálculo da inflação que servirá de base para o arcabouço fiscal no próximo ano. A pedido da ministra do Planejamento, Simone Tebet, os senadores incluíram artigo que permitia ao governo enviar, na proposta de Orçamento de 2024, o valor das despesas considerando a projeção da inflação até o fim do ano — e não apenas nos 12 meses encerrados em junho.

Isso abriria espaço fiscal de até R\$ 40 bilhões para o Executivo gastar no próximo ano. Mas o governo montou um plano B. Enviou uma mudança na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com o mesmo teor. E isso deve ser suficiente para montar o Orçamento de 2024 considerando esses valores. Embora a LDO ainda



Regra segue para sanção. O governo obtém vitória na Câmara. O desafio agora será aprovar medidas que garantam a elevação de receitas, como taxaço de fundos exclusivos e offshore

não tenha sido aprovada, o projeto do governo deve servir de base para a proposta de Orçamento do próximo ano, que precisa ser enviada até o dia 31 deste mês.

— A solução está dada, resolvida. Principalmente porque a cada ano o governo tem que mandar LDO e tem que mandar o Orçamento. Então, essa não é uma matéria do regime fiscal. Portanto, isso está solucionado — disse o relator do arcabouço, Cláudio Cajado (PP-BA).

Mas se já existe solução política para driblar a questão do Orçamento, o quadro não é tão claro no que se refere a medidas de aumento de receitas para dar sustentabilidade ao novo arcabouço e que precisam do aval dos parlamentares. A dificuldade ficou escancarada ontem, com a resistência do Congresso em votar a taxaço das *offshores* (contas no exterior, geralmente em paraísos fiscais). A arrecadação com essa tributação, de cerca de R\$ 4 bilhões, foi desenhada para compensar o aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda

da Pessoa Física (IRPF), para R\$ 2.640. A compensação é exigência da LDO deste ano.

“NÃO HAVIA COMBINAÇÃO”

A medida está em linha com outras propostas que o ministro Fernando Haddad vai apresentar este ano, como mudanças nos fundos exclusivos (fechados para alta renda, que têm tributação diferente dos demais fundos de investimento). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou crise com o governo por causa do assunto.

— Não existe crise. O que existiu foi que não havia combinação. Nenhum líder soube da transposição de uma medida provisória para outra. Isso não foi discutido com o presidente Pacheco (Rodrigo Pacheco, presidente do Senado), com o presidente Arthur, nem com nenhum líder partidário da Câmara. Não é possível se fazer dessa maneira — disse.

Para superar o impasse, o governo negociou com deputados retirar a tributação das *offshores* da medida provisória (MP) do salário mínimo e

reenviá-la por meio de um projeto de lei, como queriam Lira e Pacheco. O projeto deve ser enviado ao Congresso com urgência constitucional, o que faz com que tranque a pauta após 45 dias do seu envio.

Por trás do impasse está ainda a indefinição de Lula para a reforma ministerial que levará o PP e o Republicanos para o governo. A questão das *offshores*

Q
“Não existe crise. Não havia combinação. Nenhum líder soube da transposição de uma medida provisória para outra. Isso não foi discutido com o presidente Pacheco (Rodrigo Pacheco, presidente do Senado), com o presidente Arthur, nem com nenhum líder partidário da Câmara”

Arthur Lira, presidente da Câmara (PP-AL)

re é considerada uma medida “de governo” na Câmara, diferentemente do arcabouço fiscal (cuja percepção é que se trata de uma medida necessária para o país, de Estado). Por isso, seguindo essa avaliação, o governo precisaria mobilizar uma base que ainda não está consolidada.

A pedido do governo, as mudanças no IR e nos fundos *offshore* foram inseridas na MP que trata do salário mínimo. Essas medidas vencem em 28 de agosto — ou seja, precisam ser votadas até segunda-feira na Câmara e no Senado para não perder a validade.

Para contornar o problema, o aumento do salário mínimo para R\$ 1.320, a criação de uma política permanente de valorização do piso (que seria corrigido pela inflação do ano anterior mais o percentual de crescimento do PIB de dois anos antes) e o aumento na faixa de isenção do IR serão votadas hoje numa só MP. Os fundos *offshore* serão mudados via projeto de lei.

Além de um projeto de lei, será enviada uma medida provisória tratando da tributação

dos fundos exclusivos e do Juro sobre Capital Próprio (JCP). O JCP é uma forma de as empresas distribuírem lucros aos acionistas. São medidas para arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões no ano que vem e ajudar na meta de zerar o déficit.

O ministro da Fazenda em exercício, Dario Durigan, disse que a sanção da MP do salário mínimo e IRPF deve ser simultânea ao envio de novos projetos.

— As conversas permitem que a Fazenda siga com a agenda para tributação — disse Durigan, que é o número dois da pasta.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Assesoriados, o arcabouço consegue afastar os cenários mais dramáticos, mas não deve ser suficiente para garantir equilíbrio fiscal.

— A grande questão é saber o que o governo vai conseguir entregar da parte dele nos próximos anos. O novo arcabouço tem grande necessidade de arrecadação, o que tem de vir via Congresso ou via crescimento, e isso será difícil — avalia. (Colaboração Glaucete Cavalcanti)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11